



Número: **0818039-39.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/04/2017**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DENILSON LUIS DA SILVA (AUTOR)		MARCILIO FERREIRA DE MORAIS (ADVOGADO) LIBNI DIEGO PEREIRA DE SOUSA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7325939	07/04/2017 13:55	Petição Inicial	Petição Inicial
7325961	07/04/2017 13:55	PROCURAÇÃO OK	Procuração
7325989	07/04/2017 13:55	DOC PESSOAIS	Documento de Identificação
7325997	07/04/2017 13:55	COMP RESID ATUALIZADO	Outros Documentos
7326041	07/04/2017 13:55	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA	Outros Documentos
7326102	07/04/2017 13:55	REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Outros Documentos
7326116	07/04/2017 13:55	LAUDO E PRONTUARIO MEDICO	Outros Documentos
7326121	07/04/2017 13:55	B.O	Outros Documentos
8300993	06/07/2017 16:08	Despacho	Despacho
10488041	11/01/2018 19:26	Despacho	Despacho
12984833	08/03/2018 16:57	EMENDA	Petição
12984933	08/03/2018 16:57	REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NEGADO	Documento de Comprovação
23214707	31/03/2020 15:02	Despacho	Despacho

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA - DE JOÃO PESSOA/PARAIBA

DENILSON LUIZ DA SILVA, brasileiro, Solteiro, Servente de Pedreiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.873.588 SSDS/PB, inscrito no CPF/MF nº 064.444.544-09, residente e domiciliado na Rua Cel João Costa e Silva, Nº 333, A, Bairro Costa e Silva, CEP 58080-410, João Pessoa - PB, endereço eletrônico: moraisousa.adv@hotmail.com, neste ato representado por seus advogados abaixo firmados, com escritório profissional à Av. Odon Bezerra, nº 184, Piso E3, Sl. 369, Tambiá Shopping, Tambiá – CEP: 58020-500, João Pessoa/PB, vem à elevada presença de Vossa Excelência com fundamento na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para propor:

AÇÃO DE COBRANÇA

Contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço à Rua Senador Dantas, nº 7, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro –RJ, CEP: 20031-205, em razão dos fatos a seguir articulados.

I) DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA

Em consonância com o **ART.319, IV**, do Novo Código de Processo Civil brasileiro, vem à parte autora manifestar expressamente a sua opção pela não realização de audiência de conciliação, tendo em vista a essencialidade da prova pericial para que se possa chegar a qualquer composição na presente lide. Caso seja designado perito para confecção de laudo conclusivo no ato, não há qualquer oposição do promovente.

II) DOS FATOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **23/09/2015**, tendo sido encaminhado ao Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcisio Burity, em João Pessoa-PB, consoante comprovado pela Certidão fornecida pelo hospital, junto com o boletim de ocorrência anexo.

Como consequência do acidente, resultaram à vítima as lesões descritas: **LUXAÇÃO ACROMIO CLAVICULAR**, em conformidade com os prontuários e documentos médicos acostados, enquadrando-se **no segmento da TABELA DPVAT referente às lesões em UM DOS OMBROS (valor até R\$ 3.375,00).**

De acordo com a legislação vigente, Lei nº. 11.482 de 31 de maio de 2007, o autor requereu a indenização devida pelo seguro obrigatório junto a uma empresa seguradora participante do Convênio DPVAT, e **não recebeu valor algum por motivos não informados pela Seguradora, comprovante em anexo.**



-

-

III)DO PAGAMENTO RELATIVO A INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ

Inobstante os esforços do Autor para receber a indenização como lhe faculta art. 3º, II da Lei no 11.482/2007, o mesmo nada recebeu.

De acordo com a Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pela Lei nº. 11.482 de 31 de maio de 2007, a indenização por invalidez deve corresponder a até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), muito embora a citada Lei não faça nenhuma referência à invalidez parcial ou total. Vejamos o dispositivo legal que regula a matéria:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (NR)

Ressalte-se que as cláusulas que restringem direitos, especialmente nos contratos de seguro onde existe vedação legal – (artigo 13º do Decreto-Lei no 73/66) – devem ser interpretadas restritivamente. Por tratar-se de contrato de adesão, de acordo com a lição de Antônio Carlos Ottoni Soares: "... deve ser interpretado, em caso de dúvida, no interesse do segurado e dos beneficiários (artigo 2º do Decreto-Lei no 73/66):

"Quando há dúvidas ou imperfeições, originárias tanto da boa fé como da má fé das partes, surge o trabalho jurídico da interpretação, a pesquisa da verdade contida no documento escrito, perdida, muitas vezes, no emaranhado da redação bombástica.

No direito do seguro, as correntes doutrinárias que se formaram sobre interpretação das cláusulas vão aos poucos se fundindo numa terceira posição.



de justiça e bom senso, depois de pontos de vista, ora favoráveis à seguradora, ora favoráveis ao segurado. Evitando-se posições extremadas, mais uma vez se prova a afirmação de que a virtude está no meio.

Sintetizando: somente se justifica a interpretação mais favorável ao segurado nos casos em que o juiz ou o intérprete se defronta com cláusulas e estipulações ambíguas, de redação defeituosa, por que: “o contrato deve ser interpretado contra o próprio estipulante que, podendo ser claro, não o foi segundo o brocardo jurídico: “ambiguitas contra stipulorum est”.

Fora dessa situação, a interpretação do conteúdo da apólice deve ser feita normalmente, da mesma forma como se interpreta qualquer outro contrato escrito, sem se pender, nem para um lado, nem para o outro, com absoluta pureza de intenção. Trata-se, aliás, de princípio consagrado no Anteprojeto do Código Civil, art. 803: “Quando houver no contrato cláusulas ambíguas e contraditórias, deve-se adotar a interpretação mais favorável ao segurado”.

Idêntica diretriz deve ser adotada na interpretação do direito escrito, por força do disposto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 73/66: “O controle do Estado se exercerá pelos órgãos instituídos neste Decreto-Lei, no interesse dos segurados e beneficiários dos contratos de seguro.” Havendo dúvida séria real na interpretação de apólice ou do direito codificado e da legislação posterior, ela deverá ser resolvida no interesse dos segurados e beneficiários dos contratos de seguro”. (Fundamento Jurídico do Contrato de Seguro, EMTS, 1ª edição, 1975, pág. 67/68)

-

Assim, de acordo com nossa legislação, requer a indenização devida pelo seguro obrigatório junto à empresa seguradora reclamada, cujo valor correto da indenização só será conhecido quando da realização de perícia médica judicial a ser designada pelo Juízo.

-

I) DOS QUESITOS PERICIAIS

-

-

Para a realização da perícia médica judicial o Autor apresenta os seguintes quesitos:

- a) O Autor possui alguma invalidez ou sequela permanente decorrente do acidente de trânsito sofrido?
- b) Do acidente de trânsito sofrido, resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? Em qual região do corpo?



c) A debilidade/deformidade permanente ocasionada impede o Autor de levar uma vida comum? Gera-lhe limitações?

d) Resultou incapacidade/limitação para o trabalho? Essa incapacidade/limitação é total ou parcial? Temporária ou permanente?

e) Em caso de limitação para o trabalho, qual o grau desta: leve, moderada ou intensa?

f) Existe tratamento médico/cirúrgico capaz de reverter a situação do Autor? Tal procedimento é viável e acessível às pessoas de situação financeira precária?

g) A invalidez do Autor pode ser fixada em qual porcentagem pela Lei 11.945/2009?

II) DA ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUÍTA

-
-

Independe de comprovação de proventos, à parte pode valer-se apenas da simples alegação de hipossuficiência para que lhe seja deferida a concessão da assistência (ART.99 parágrafos novo CPC), tratando-se de garantia constitucional para que todos os cidadãos têm amplo acesso à justiça.

A concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita mediante mera alegação de hipossuficiência ressoa na jurisprudência majoritária, vejamos;

ASSISTENCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO - "Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, **basta à simples afirmação** de sua pobreza, até prova em contrário." (AASP 1622/19) in RT 69 p.99.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO - "Para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, **basta à simples afirmação de sua pobreza**, até prova em contrário. (art.4º. e §1º.). Compete à parte contrária a oposição à concessão." (STJ-REsp.1009/SP, Min.Nilson Nave 3a.T., 24.10.89, in DJU 13.11.89, p.17026) in RT 686/185.



Portanto, considerando as condições econômicas do Autor e sua afirmação de pobreza, requer as benesses da lei de assistência judiciária gratuita a fim de desonerá-lo dos ônus processuais, pois o mesmo não tem condições momentâneas de arcar com este custo sem prejuízo de próprias expensas.

III) DOS JUROS LEGAIS

De acordo com o nosso ordenamento jurídico, a indenização devida por força de contrato de seguro deve ser corrigida a partir da contratação da importância segurada, a qual deve ser atualizada como forma de manter o valor através do tempo, conforme se extrai da lei no 5.488, de 27 de agosto de 1968.

Os juros, na concepção da doutrina, representam as perdas e danos do contrato inadimplido, de sorte que devem ser contados da data em que a DEVEDORA deixou de cumprir a obrigação. Neste sentido:

“A obrigação de pagar juros de mora não tem necessariamente cunho indenizatório. É devida igualmente quando não se alega prejuízo. Todavia, é de se interpretar a norma que a impõe neste caso como disposição que presume o dano sempre que há inadimplemento de dívida pecuniária ou daquelas cujo valor em dinheiro está fixado. Com fundamento nessa presunção, todo juro de mora é compensatório de dano.” (Orlando Gomes, “in” Obrigações, Forense, 3ª edição, 1972, págs. 177-180)

A posição da jurisprudência atual acompanha a doutrina de Orlando Gomes:

“SEGURO OBRIGATÓRIO - AÇÃO PROPOSTA PELA MULHER DA VÍTIMA - LEGITIMIDADE DE PARTE - PRESCRIÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA - Por expressa disposição legal, o cônjuge sobrevivente possui legitimidade para postular o recebimento da indenização (art. 4º da Lei 6194/74, de 19.12.74). Prescrição incorrente, uma vez que a autora é beneficiária do seguro e não segurada. A indenização correspondente a 40 salários mínimos deve levar em conta o salário-mínimo vigente à época do evento, computando-se daí por diante a correção monetária na conformidade com os índices oficiais. Recurso especial não conhecido.” (STJ – REsp no 222642 - SP - 4. T. - Rel. Min. Barros Monteiro - DJU 09-04-2001 - p. 00367)



Pelo exposto, os juros moratórios devem ser contados a partir do pagamento parcial realizado, quando ocorreu a inexecução da obrigação.

IV) REQUERIMENTO FINAL

"Ex positis", requer:

a) Se digne Vossa Excelência em determinar a citação da empresa Requerida, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031-205 para, querendo, ofereça defesa escrita sob pena de revelia, bem como informe se tem interesse na realização de audiência conciliatória (art.334 do CPC), em caso positivo, que efetue o pagamento dos honorários periciais nos termos do convênio 15/2014 celebrado entre o Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba e a Seguradora Líder.

b) **A procedência da ação para condenar a Requerida, ao pagamento da Indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT no valor de R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL TREZENTO E SETENTA E CINCO REAIS) em conformidade com o Segmento da Tabela Dpvat referente a lesões EM UM DOS OMBROS, ou alternativamente indenização com base na porcentagem de invalidez apurada pelo perito de confiança deste Juízo, acrescido de correção monetária desde o evento danoso e juros moratórios a partir do efetivo prejuízo, honorários advocatícios sucumbenciais em 20% do valor da condenação, custas processuais e demais consectários legais.**

c) **A não realização de audiência de conciliação, ou que a mesma seja agendada com perícia no ato, pelos motivos já expostos.**

d) **A designação de perito de confiança do Juízo devendo a Parte ré ser intimada para pagamento dos honorários periciais, nos termos do convenio 15/2014, firmado entre TJ/PB e a Seguradora, com dia e hora para a realização do exame pericial apto a constatar as sequelas decorrentes do acidente na parte suplicante, que sejam respondidos os quesitos do item V, bem com apuração da porcentagem da invalidez que acometeu a parte autora.**

e) Se digne Vossa Excelência determinar à Reclamada, com fulcro no artigo 396 do Código de Processo Civil, que exiba junto com a defesa cópia do dossiê administrativo de liquidação do sinistro supra referido, eis que eventuais dúvidas poderão ser sanadas pelos próprios documentos que se encontram em seu poder.



f) Para provar o alegado, requer, além do exame pericial, juntada de novos documentos na medida em que o contraditório exigir e demais meios de prova necessários.

g) Em face das dificuldades econômicas e financeiras que vem enfrentando o Requerente, declara para todos os efeitos e sob as penas da Lei que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento, pelo que requer a concessão dos benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

Dá-se a presente, para efeitos fiscais e de alçada o valor de **R\$ 3.375,00 (TRÊ MIL TREZENTO E SETENTA E CINCO REAIS)**

Nestes termos.

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 7 de abril de 2017.

MARCILIO FERREIRA DE MORAIS LIBNI DIEGO PEREIRA DE SOUSA

OAB/PB Nº 17.359

OAB/PB Nº 15.502



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: DENILSON LUIS DA SILVA, Brasileiro, Estado Civil: Solteiro, Profissão: Servente, Portador do RG: 2.873.588
SSDS-PB, CPF: 064.444.544-09, Residente e domiciliado (a) ao Logradouro: Rua Cel. João Costa e Silva, 333/A, Bairro: Costa e
Silva, Cidade: João Pessoa, Estado: Paraíba, CEP: 58.080-410 (83) 98795-1940/98628-1700.

OUTORGADO: Libni Diego Pereira de Sousa brasileiro (a), estado civil casado, profissão advogado, inscrito (a) na OAB/ PB sob o n.º 15502, com endereço comercial à Av. Odor Bezerra 184 Sala 369, na cidade de João Pessoa, Estado do PB

OUTORGADO: Marcilio Ferreira de Moraes brasileiro (a), estado civil Solteiro, profissão advogado, inscrito (a) na OAB/ PB sob o n.º 17359, com endereço comercial à Av. Odor Bezerra 184 Sala 369, na cidade de João Pessoa, Estado do PB

PODERES: os mais amplos e ilimitados poderes da cláusula "*ad judicia et extra*" para o Foro em geral e, especialmente, onde com esta se apresentar, defender, em conjunto ou separadamente, o Outorgante em qualquer ação em que mesmo seja réu, assistente, oponente ou de qualquer forma interessado, podendo propor ações e delas variar ou desistir, transigir, reconvir, fazer acordos, receber e dar quitação e oferecer todos os recursos em direito admitidos em qualquer instância ou Foro, podendo ainda prestar declarações que julgue sejam necessárias, representando o Outorgante inclusive na área administrativa, voluntária ou contenciosa. Requerer documentos, vista de processos, apresentando recursos ou reclamações, junto às entidades da Administração Pública Direita e Indireta, Autarquias e Fundações (Receitas Federal do Brasil, Estadual e Municipal, INSS, Ibama, Juntas Comerciais, Cartórios Judiciais, etc...), podendo tudo o mais praticar para o mais completo desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reservas de poderes.

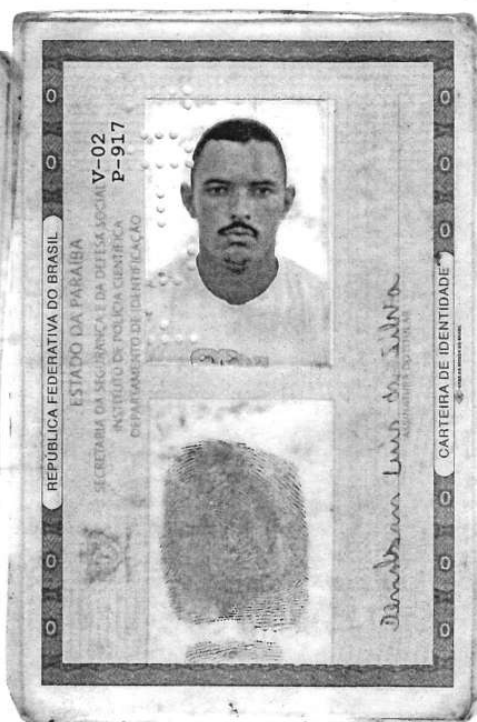
PODERES ESPECIAIS: solicitar e retirar: a) cópia autenticada de Laudo de Lesões Corporais junto ao IML - Instituto Médico Legal, b) cópia autenticada de Boletim de Ocorrência junto a Delegacia de Acidentes de Trânsito, Polícia Rodoviária e Polícia Militar, bem como, os poderes para requerer quaisquer outros documentos perante esses órgãos que vierem a ser necessários, e por último, poderes especiais para MOVER AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E OU SECURITARIA, podendo autorizar seu procurador(a) supra a requerer os benefícios da Assistência Jurídica Gratuita nos termos da Lei 1.060/50 e 7.115/93

João Pessoa, 06 de Março de 20 17.

Denilson Luis da Silva

OUTORGANTE







Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **064.444.544-09**

Nome da Pessoa Física: **DENILSON LUIS DA SILVA**

Data de Nascimento: **10/11/1986**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **15/01/2004**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **14:48:53** do dia **05/10/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **8F9D.FC1A.D737.F210**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.
(<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/cpf/CPFautentic.asp>)



ELIZANGELA SANTOS DA SILVA
RUA CEL JOAO COSTA E SILVA, 333/A - COSTA E SILVA
JOAO PESSOA/PB CEP 58080-410 (AG 1)

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO
Roteiro 11 - 2 - 342 - 420 Referência Set / 2015
Nº medidor 00008123842 Emissão 21/09/2015

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 26 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-980
CNPJ 09.095.183/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000 744 901
Código para Débito Automático: 00013861414

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

7409 9e45 d513 2465 9d33 9585 2b6f b437

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/1386141-4

Set / 2015

Canal de contato

Apresentação

- Redução do valor da bandeira vermelha em 18%, de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos conforme Resolução Homologatória ANEEL 1 945/2015, vigente a partir de 01/09/2015

21/09/2015

Data prevista da próxima leitura

21/10/2015

CPF/ CNPJ/ RANI

3784401478

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
19/08/15	5356	21/09/15	5584	1

Faturas em atraso

26/09/2015 155,12

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	228	0,40880	93,20
Adic. B Vermelha			11,08

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS	1,41
COFINS	6,48
CONTRIB SERV ILUM PUBLICA	5,75
JUROS DE MORA 07/2015	1,48
MULTA 07/2015	2,53
ICMS (Base de Cálculo R\$ 153,86 Aliquota 27,00%)	41,48

Histórico de Consumo (kWh)

Ago/15	220
Jul/15	193
Jun/15	215
Mai/15	272
Abr/15	244
Mar/15	230
Fev/15	238
Jan/15	233
Dez/14	192
Nov/14	222
Out/14	218
Set/14	189

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2015 0,19

Média dos últimos meses
222 kWh

VENCIMENTO

28/09/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 163,60

Indicadores de Qualidade 2015 - Miusure

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL 5,80	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 11,58		
DIC ANUAL 23,16	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 201
FIC MENSAL 3,60		LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL 7,10		
FIC ANUAL 14,20	0,00	
DMIC 3,37		
DICRI 12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	41,19	25,18
Compra de Energia	50,41	30,81
Serviço de Transmissão	3,48	2,13
Encargos Setoriais	9,20	5,62
Impostos Diretos e Encargos	59,13	36,14
Outros Serviços	0,19	0,12
Total	163,60	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição (Ref 7/2015) R\$ 41,63

ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 08/10/2015. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere essa mensagem.
Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.
Reajuste Tarifário - Vigência 28/08/15-Res ANEEL nº 1 938-Baixa Tensão 10,51% Médio
Reajuste Tarifário - Vigência 28/08/15-Res ANEEL nº 1 938-Alta Tensão 11,47% Médio

PARAIBA

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

Roteiro 11 - 2 - 342 - 420
Matrícula: 1386141-2015-09-1

28/09/2015

R\$ 163,60

83650000001-0 63600149000-3 13861412015-0 09100020019-5



Assinado eletronicamente por: MARCILIO FERREIRA DE MORAIS - 07/04/2017 13:55:07

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17040713471502600000007182851>

Número do documento: 17040713471502600000007182851

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Demilson Luis da Silva,

RG nº 2.873.588, data de expedição 23/10/13, Órgão SSDS-PB

CPF nº 064.444.544-07 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Al. João Costa e Silva</u>
Número	<u>333</u>
Apto / Complemento	<u>A</u>
Bairro	<u>Costa e Silva</u>
Cidade	<u>João Pessoa</u>
Estado	<u>Paraíba</u>
CEP	<u>58.080-410</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 98795-1940 / 98628-1700</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: João Pessoa, 06 de Outubro de 2015.

Assinatura do Declarante: Demilson Luis da Silva



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : Nº 000.849.498



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

ELIZANGELA SANTOS DA SILVA
RUA CEL JOAO COSTA E SILVA 333 A
JOAO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1386141-4

REFERÊNCIA

MAR/2017

APRESENTAÇÃO

20/03/2017

CONSUMO

0

VENCIMENTO

27/03/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 14,58

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

ELIZANGELA SANTOS DA SILVA

Roteiro: 11-002-342-0420

83660000000-1 14580149000-7 13861412017-6 03000020019-3

VENCIMENTO

27/03/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 14,58

MATRÍCULA

1386141-2017- 03-0



Assinado eletronicamente por: MARCILIO FERREIRA DE MORAIS - 07/04/2017 13:55:12

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17040713473010400000007182859>

Número do documento: 17040713473010400000007182859

Num. 7325997 - Pág. 1

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

DENILSON LUIS DA SILVA, Brasileiro, Estado Civil: Solteiro, Profissão: Servente, Portador do RG: 2.873.588 SSDS-PB, CPF: 064.444.544-09, Residente e domiciliado (a) ao Logradouro: Rua Cel. João Costa e Silva, 333/A, Bairro: Costa e Silva, Cidade: João Pessoa, Estado: Paraíba, CEP: 58.080-410 (83) 98795-1940/98628-1700, *Declaro sob as penas da lei que não tenho condições de arcar com à custa, do processo sem prejuízo do meu sustento e de minha família, por isso requeiro os benefícios da assistência judiciária gratuita nos termos da lei nº 1060/50.*

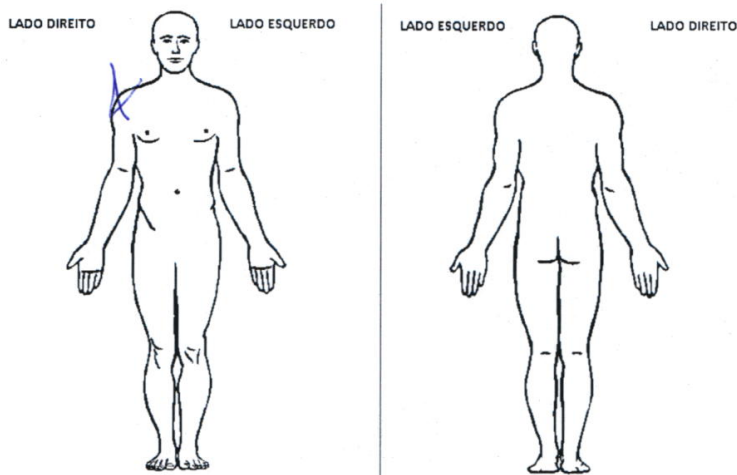
João Pessoa, 5 de outubro de 2015.

Denilson Luis da Silva



RELATÓRIO DE CONFIRMAÇÃO DE LESÕES

Marque, na figura abaixo, o lado correto das partes do corpo que apresentam lesões e anote nas observações as informações sobre os membros marcados. Atente-se para o lado exato, conforme indicado na figura. Colher corretamente as informações junto à vítima e preencher os demais campos para facilitar na busca de documentos junto aos Hospitais:



Ficou internado? Sim () Não ☒ Em caso positivo, quantos dias? _____

Teve fratura? Sim () Não ☒ Em caso positivo, onde? _____

No dia do acidente, foi encaminhado para qual Hospital?

Trauma

Fez tratamento/cirurgia em outros Hospitais, quais?

Não

Quais as lesões decorrentes do acidente?

Luxação no ombro direito

Quais as dificuldades que estas lesões afetam na sua vida diária?

Sente dor no ombro direito

João Pessoa, 05 de Outubro, de 20 15.

Denilson Luis da Silva

Nome completo e assinatura:

CPF:



Energisa - Para Sua Casa > ... X | CONTA - extrato-segunda-via... X | Seguradora Líder-DPVAT ... X | Converter Word para PDF... X | Baixar o arquivo | iLovePDF X | +

https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

Pesquisar

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados
Informações Gerais

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

SINISTRO 3160583981 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA DO SOCORRO MATIAS DE SOUZA
COBERTURA Invalidez
SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO Sabemi Seguradora S/A-Matriz II
BENEFICIÁRIO MARIA DO SOCORRO MATIAS DE SOUZA
CPF/CNPJ: 01291751459

Posição em 06-04-2017 14:18:08

SINISTRO - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA DO SOCORRO MATIAS DE SOUZA
COBERTURA Invalidez
SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO ARUANA SEGUROS S/A
BENEFICIÁRIO MARIA DO SOCORRO MATIAS DE SOUZA
CPF/CNPJ: 01291751459

Posição em 06-04-2017 14:18:08
Verifique os dados digitados e repita a consulta ou [clique aqui](#) e fale conosco.

Pergunte-me alguma coisa

14:22 06/04/2017



CERTIDÃO

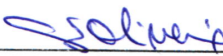
Nº. 2589/2015

Atendendo solicitação de DIEGO OLIVEIRA DA SILVA e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 792839 pertencente a **DENILSON LUIS DA SILVA** que foi atendido no dia 23/09/2015 às 06H45min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em ombro esquerdo.

Submetido avaliação médica e exame de imagem que evidenciou luxação acrômio clavicular. Medicado e liberado.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 26 de Outubro de 2015



Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA

R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N

58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 792839

Atd: Nao Regulado

Data: 23/09/2015

Hora: 06:45:47

Recepcionista: GIULLIANA DE MENEZES LIMA

Clinica: TRAUMATOLOGICA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

Nome: DENILSON LUIS DA SILVA

Num. Prontuario: 2015.09.001899

CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 2873588 Fone: 987951940

Natural: CANGUARETAMA/RN Data Nasc.: 10/11/1986 Id: 28 ano(s)

End.: RUA/ CORONEL JOAO DA COSTA E SILVA, 333 SUS: 704000374520868

Bairro: ERNANI SATIRO Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Pai: ALMERINDO LUIS AURELINO

Mae: MARIA FRANCISCO AURELINO

Ocupação: SERVENTE DE OBRAS

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: DENILSON LUIS DA SILVA

Tel/Doc. Responsavel: 987951940 / IDENTIDADE: 2873588

Procedencia: BAIRRO MANGABEIRA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: VITIMA QUEDA DE MOTO HJ AS 05:30, MORENO

Vitima de violencia por: FUNDAMENTAL INCOMPLETO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: 120X80MMHG

FR:

[] Aparentemente Bem [] Grave

FC: 73

TP:

[] Politraumatizado [] Convulsao

Peso:

Altura:

[] Hemorragia [] Dispneia

Glicemia:

IMC:

[] Diarreia [] Agitado

Circ. Abd:

O2%: 99

[] Regular [] Chocado

[] Vomito

Observacao

Queixa Principal

QUEDA DE MOTO COM TRAUMA NO OMBRO ESQ

PACIENTE RELATA NAO SER DIABETICO

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medic)

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao

Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberacao

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico






GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Rua Manoel Rufino da Silva, SN, Central de Polícia - João Paulo II, João Pessoa - PB, CEP: 58076-005



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 3689/2015

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Francisco Deusdedit Leitão Filho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 09:12h, compareceu o (a) Senhor (a): **DENILSON LUIS DA SILVA**, brasileiro, natural de Canguaretama/RN, solteiro, com 29 anos de idade, Servente de Pedreiro, Alfabetizado, filho de Almerindo Luis Aureliano e de Maria Francisco Aureliano, RG. 2.873.588-SSP/PB, residente na Rua Cel. João da Costa e Silva, nº 333, Ernani Sátiro, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 23/09/15, por volta das 05:00h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/CG 150 TITAN KS, cor preta, ano 2009, de placa NPU-2615/PB, chassi nº 9C2KC15109R022179, registrada em nome de Carlos Alexandre Marques Barreto, pela Avenida Josefa Taveira, no Bairro de Mangabeira, nesta cidade de João Pessoa/PB, no sentido Mangabeira/Bancários, ao chegar nas proximidades da CEF, após ser atingido por um veículo de placa não identificada, o notificante perdeu o controle de direção caindo ao solo, e que em decorrência desse fato veio a sofrer luxação acrômio clavicular esquerda, sendo conduzido ao Complexo Hospitalar de Mangabeira, onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 18 de novembro de 2015.



Notificante


Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.652-3

Escrivão





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JOÃO PESSOA
10ª VARA CÍVEL

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança visando ao recebimento do seguro obrigatório (DPVAT) decorrente de danos pessoais provocados por acidente automobilístico, instituído pela Lei Federal nº 6.194/74.

No compulsar dos autos, verifico que não há requerimento administrativo do autor junto à Seguradora para recebimento dos valores decorrentes da alegada debilidade permanente referida na exordial.

Acerca do tema, destaco que o plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu na mesma linha de raciocínio seguida no Recurso Extraordinário nº 631.240, da relatoria do Ministro Roberto Barroso, que trata de benefício previdenciário, com repercussão geral reconhecida, pela necessidade de prévio requerimento administrativo como condição para o acesso ao poder judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT (RE nº 824712).

Assim, o Judiciário somente estaria legitimado a atuar desde que comprovado o pedido prévio na via extrajudicial para conferir o interesse processual do autor.

Vejamos os julgados citados:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. **A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo.** 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. **É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o esgotamento das vias administrativas.** 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada a conhecimento da



Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento o menos tácito da pretensão. 5. **Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos.** 6. **Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte:** (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) **caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão;** (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis a próprio requerente, extingui-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. **Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais.** 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir. (STF: RE 631240, Relator (a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014) (Grifei)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. GARANTIA DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. EXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO. CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE AFRONTA A ART. 5º, INC. XXXV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. REQUERIMENTO INEXISTENTE MAS DESNECESSÁRIO PORQUE ATENDIDA REGRA DE TRANSIÇÃO PELA CONTESTAÇÃO DE MÉRITO DA SEGURADORA (RE 631.240). AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (STF: RE 824712 AgR, Relator (a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-105 DIVULG 02-06-2015 PUBLIC 03-06-2015) (Grifei)

Assim, nos termos do art. 321 do CPC, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, de modo a comprovar que requereu administrativamente o seguro DPVAT antes do ajuizamento da demanda, sob pena de indeferimento da inicial.

João Pessoa/PB, 14 de junho de 2017.

R i c a r d o
Juiz de Direito

d a

S i l v a

B r i t o





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

10ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Vistos, etc.

Certifique a escrivania a parte autora cumpriu o despacho proferido no ID nº 8300993.

Em caso negativo, voltem-me os autos conclusos com anotação para julgamento.

João Pessoa, 30 de outubro de 2017.

Ricardo da Silva Brito
Juiz de Direito



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA – PB**

AUTOS: 0818039-39.2017.8.15.2001

DENILSON LUIS DA SILVA, já qualificado nos autos em epígrafe de **ACÃO**
DE COBRANÇA, que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**
S/A, igualmente qualificada, vem respeitosamente, à elevada presença de Vossa Excelência, por seu procurador ao
final firmado, em conformidade com o artigo 321 do NCPC, apresentar:

EMENDA À INICIAL

I) DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

A parte autora foi intimada para provar a negativa do pedido administrativo
junto à Seguradora.

Segue em anexo comprovante de negativa do pedido, informa o promovente qu
a Seguradora solicitou ato declaratório de atendimento do SAMU OU CORPO DE BOMBEIROS e
DOCUMENTO MÉDICO INFORMANDO QUAL SEQUELA ACOMETEU A PROMOVENTE.

Cumpra esclarecer que não são todos os casos de acidente que a vítima é
socorrida por órgãos oficiais, em muitos deles o socorro é feito diretamente por particulares, **NÃO SENDO**



OBRIGATÓRIO QUE O SOCORRO SEJA PRESTADO POR BOMBEIRO OU SAMU, toda documentação acostada no pedido administrativo corrobora para provar o nexa causal entre o acidente e a lesão.

A seguradora ainda solicitou que a requerente apresentasse documento médico **DEFININDO A SEQUELA QUE A MESMA POSSUÍA**, ora Excelência, a perícia administrativa tem **JUSTAMENTE** o condão de esclarecer quais as sequelas e o percentual de invalidez em conformidade com a lei não cabendo ao Segurado apresentar documento desta monta.

Em que pese o entendimento deste Juízo, é necessário cautela para analisar cada caso concreto, **sob pena de negar-se o acesso Constitucional ao Poder Judiciário**. No que tange ao Seguro DPVAT a Seguradora está usando o artifício de cancelar sem Negar o pedido, mesmo quando os documentos solicitados são impossíveis de serem apresentados pelo requerente por não existirem.

Com base no princípio do Contraditório e da Ampla defesa, requer o suplicante, que Vossa Excelência determine com fulcro no art. 396 do NCPC, que o réu apresente cópia do processo administrativo sanando eventuais dúvidas, e ato contínuo o Douto Juízo fique a par de tudo que ocorreu na Seara administrativa, embasando melhor seu entendimento perante a lide.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 8 de março de 2018.

LIBNI DIEGO PEREIRA DE SOUSA

MARCILIO FERREIRA DE MORAIS

OAB/PB – 15.502

OAB/PB – 17.359



SINISTRO 3160165991 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DENILSON LUIS DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Filial Londrina-PR

(Contingência)

BENEFICIÁRIO DENILSON LUIS DA SILVA

CPF/CNPJ: 06444454409

Posição em 07-02-2018 17:51:37

Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.



Nº do Processo: 0818039-39.2017.8.15.2001
Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
AUTOR: DENILSON LUIS DA SILVA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.